

PROPOSIÇÃO PARA A SIMPLIFICAÇÃO DOS RITOS SUMÁRIOS

Athos Gusmão Carneiro

Desembargador do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul

Professor de Direito Processual Civil na UFRGS

Tese apresentada no 'Encontro Nacional de Processo Civil', realizado em Curitiba (PR) em outubro de 1980.

O atual procedimento 'sumaríssimo' ressen-te-se de vários defeitos, apontados com veemência por advogados e juizes. Afora a manifesta impropriedade de sua denominação (adotada por força do *anti-go* parágrafo único do art. 112, da C.F.), o rito sumaríssimo, paradoxalmente, com frequência conduz o processo a um andamento mais demorado que sob o rito ordinário. Nas comarcas de maior movimento forense, as pautas sobrecarregadas adiam em meses a audiência, indispensável para a integração do contraditório. Torna-se inaplicável a inovação, por todos louvada, do vigente C.P.C.: o *julgamento antecipado da lide*, fator de real abreviação do processo. Em audiência,

novas causas de retardamento: pedidos de perícia, pedidos de intervenção de terceiros, arguição pelo réu de fatos extintivos ou modificativos do pedido do autor, apresentação de documentos pelo réu, arguição de irregularidades procedimentais, etc.

A concessão do prazo para resposta ANTES da audiência evitará tais inconvenientes, pois permitirá o julgamento conforme o estado do processo, permitirá a reconvenção, o saneamento processual e a prova pericial no devido tempo; as testemunhas já estarão notificadas, sem a angústia do desarrazoado prazo de apenas 48 horas previsto no atual art. 278, § 2º. Tais medidas devem ser adotadas SEM PREJUÍZO



DA FIXAÇÃO, DESDE LOGO, da data da audiência, data que servirá como marco temporal para (eventual) apresentação do laudo pericial e devolução de precatórias.

Várias providências são alvitradas para conceder uma real sumariedade ao procedimento 'sumário', vedados os embargos infringentes e adotado este rito em todas as liquidações por artigos.

São excluídos do rol do art. 275 numerosos feitos em que a sumariedade revela-se menos compatível com a natureza da lide ou com a habitual maior complexidade probatória. O salário mínimo é afastado como critério de fixação do rito (Lei n. 6.205, de 29.4.75).

Alvitramos, outrossim, a criação de um verdadeiro '*procedimento summaríssimo*', para as ações de cobrança ou de indenização de pequeno valor, a ser adotado nas comarcas providas de Varas privativas estatizadas. Neste procedimento, predominantemente oral, são afastados todos os fatores capazes de descaracterizar a sumariedade.

Buscando inclusive vitalizar o juízo arbitral — instituto praticamente não utilizado no Brasil, por motivos vários — é prevista a opção das partes, tanto nos juízos sumários como nos summaríssimos, em favor do julgamento por equidade, pelo próprio juiz da causa.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Os artigos do C.P.C., a seguir enumerados, passam a ter a seguinte redação:

'Art. 272 — O procedimento comum é ordinário, sumário ou summaríssimo.

'.....

'CAPÍTULO III

'DOS PROCEDIMENTOS SUMÁRIO E SUMARÍSSIMO

'Art. 275 — Observar-se-á o procedimento sumário:

'I — nas causas cujo valor não exceder quarenta (40) vezes o maior valor de referência, vigente na comarca à época do ajuizamento da demanda;

'II — nas causas, qualquer que seja o valor:

'a) que versem sobre a posse ou direitos reais relativos a móveis e semoventes;

'b) de arrendamento rural e de parceria agrícola;

'c) de cobrança ao condômino de tributos e despesas devidos à administração do prédio em condomínio;

'd) de indenização por danos em prédio urbano ou rústico;

'e) de indenização por danos decorrentes de acidente de veículo de via terrestre;

'f) de cobrança do seguro obrigatório de danos causados por veículos de via terrestre;

'g) de cobrança de honorários dos profissionais liberais, ressalvado o disposto em legislação especial;



'h) de adjudicação compulsória.

'Parágrafo único — Esse procedimento não será observado nas ações relativas ao estado e à capacidade das pessoas, ou que versem sobre a posse ou direitos reais relativos a imóveis.

'Art. 276 — Na petição inicial (arts. 282 e 283), o autor apresentará o rol de testemunhas e, se requerer perícia, formulará os quesitos e poderá apresentar o assistente técnico.

'§ 1º — O juiz determinará a citação do réu para responder no prazo de quinze (15) dias, designando, no mesmo despacho, data para a audiência de instrução e julgamento.

'§ 2º — Com a contestação, o réu apresentará seu rol de testemunhas e, em caso de perícia, formulará quesitos e poderá indicar assistente técnico.

'§ 3º — A impugnação ao valor da causa (art. 261) bem como as exceções (art. 304) serão argüidas na contestação.

'Art. 277 — Ocorrendo qualquer das hipóteses dos arts. 329 e 330, será proferida sentença em julgamento conforme o estado do processo.

'Art. 278 — Não sendo caso de julgamento antecipado, a sentença será proferida em audiência, logo que encerrados os debates orais, ou no prazo de dez (10) dias.

'Parágrafo único — Antes de iniciada a instrução, o juiz tentará conciliar as partes (art. 448).

'Art. 279 — No procedimento sumário:

'a) não cabe ação declaratória incidental;

'b) das decisões sobre matéria probatória, o agravo será sempre retido;

'c) a sentença deve ser proferida dentro do prazo de cento e vinte (120) dias, a contar da propositura da ação.

'Art. 280 — O procedimento sumaríssimo será adotado, nas comarcas providas de Varas privativas estatizadas, nas ações de cobrança ou de indenização, cujo valor não exceder dez (10) vezes o maior valor de referência vigente na comarca à época do ajuizamento da demanda.

'§ 1º — Somente é admissível o procedimento sumaríssimo entre partes residentes em lugar certo, capazes de transigir, e quando formulado pedido líquido.

'§ 2º — As partes comparecerão a juízo, com ou sem assistência de procurador, acompanhadas de suas testemunhas e apresentando os documentos relativos à lide. Promoverá o juiz, após ouvidos os litigantes, a tentativa conciliatória. Não obtida conciliação, o juiz inquirirá as testemunhas sobre os pontos essenciais da lide, apreciará os documentos,

e proferirá de imediato sentença. Os depoimentos são prestados informalmente.

‘§ 3º — Comparecendo a juízo apenas o autor, a petição será apresentada por escrito, em 2 vias, ou formulada verbalmente, devendo o escrivão, nesta segunda hipótese, tomá-la por termo. Na mesma oportunidade será designada data para a audiência, com imediata intimação do demandante e expedição de carta citatória do demandado (C.P.C., art. 223), registrada e para entrega em mão própria. A citação por mandado será utilizada apenas em caráter supletivo.

‘§ 4º — Não comparecendo o autor à audiência, será extinto o processo sem julgamento de mérito; não comparecendo o réu, será declarado revel (art. 319).

‘§ 5º — O termo da audiência consignará a identificação das partes, anotará os pontos fundamentais do pedido e da resposta, resumirá as informações prestadas pelas testemunhas e conterá, por extenso, a sentença.

‘§ 6º — No procedimento sumaríssimo as decisões interlocutórias são impugnáveis apenas por agravo retido. Não é admissível a intervenção de terceiros.

‘§ 7º — O juiz poderá julgar inadequado o procedimento sumaríssimo, como nos casos em que considere imprescindível prova pericial

processada em juízo, ou a expedição de precatórias. Deste julgamento não cabe recurso.

‘§ 8º — Nas causas sob procedimento sumaríssimo a sentença deve ser proferida no prazo de trinta (30) dias, isentas tais causas de quaisquer custas ou taxas.

‘Art. 281 — Nas causas sob procedimento sumário ou sumaríssimo podem as partes, por opção manifestada na inicial e na contestação, ou por ambas formulada no início da audiência, autorizar o juiz ao julgamento por equidade, fora das regras e formas de direito (art. 1.075, IV); neste caso a sentença não fica sujeita a recurso, salvo se o contrário convencionarem as partes (art. 1.078).

‘Parágrafo único — O julgamento por equidade não dispensa o juiz de fundamentar a sentença.

‘Art. 609 — Observar-se-á, na liquidação por artigos, o procedimento sumário’.

Art. 2º — É revogado o § 2º, do art. 315, passando o atual § 1º a ser o parágrafo único.

Art. 3º — Ao art. 530 é acrescentado o seguinte parágrafo: ‘Parágrafo único — Não são admissíveis embargos nas ações sob procedimento sumário ou sumaríssimo’.

Art. 4º — A expressão ‘procedimento sumaríssimo’ é substituída por ‘procedimento sumário ou su-

maríssimo' nos arts. 273, 550 e 551, § 3º, do C.P.C.; e as referências ao procedimento sumaríssimo, contidas em leis especiais, são transformadas

em referências ao procedimento sumário.

Art. 5º — Revogam-se as disposições...

